

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.858 - BA (2015/0227645-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **TELEMAR NORTE LESTE S/A**  
**ADVOGADOS** : **VOKTON JORGE RIBEIRO ALMEIDA - BA011425**  
                  **HARIANNA DOS SANTOS BARRETO - BA017280**  
                  **LEANDRO TOURINHO DANTAS E OUTRO(S) - BA023742**  
**RECORRIDO** : **ALZIRA MARIA FERREIRA DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO** : **MÔNICA DE OLIVEIRA SANTOS - BA018236**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **Telemar Norte Leste S.A.** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fl. 321):

*APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE COBRANÇA DE ASSINATURA E PULSOS ALÉM FRANQUIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - AÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE - CONTRATO DE TELEFONIA FIXA - PRELIMINARES DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA ANATEL, COM CONSEQUENTE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL E DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR, INSUBSISTENTES - CARÊNCIA DE LEGALIDADE PARA A COBRANÇA DE PULSOS ALÉM FRANQUIA NÃO DISCRIMINADOS, POR APLICAÇÃO DO CDC, EM FACE DA NÃO COMPROVAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECÍFICOS QUE A JUSTIFIQUE AUTORIZAÇÃO LEGAL APENAS PARA A COBRANÇA DE TARIFA CORRESPONDENTE AO EFETIVO USO DA LINHA - INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO DE ADESÃO EM FAVOR DO HIPOSSUFICIENTE - CABIMENTO APENAS DA DEVOLUÇÃO DO INDÉBITO, A CONTAR DO AFORAMENTO DA AÇÃO, NA SUA FORMA SIMPLES, E NÃO EM DOBRO, POR NÃO SE COGITAR DE MÁ-FÉ CONTRATUAL OU INTENÇÃO LESIVA - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - MANUTENÇÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - REJEITADAS AS PRELIMINARES, DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

# Superior Tribunal de Justiça

A parte recorrente aponta violação aos arts. 3º, 47 e 267, VI, do CPC/73; 1º, 19 e 214, I e II, da Lei n. 9.472/97. Sustenta que: (I) a parte autora não tem interesse processual no pleito de detalhamento dos serviços; (II) a Anatel deve integrar o polo passivo da ação, na qualidade de litisconsorte necessária; (III) houve a consumação do prazo decadencial para a reclamação do consumidor; (IV) o acolhimento da pretensão da parte adversa implica desconsideração do poder regulamentar conferido à Anatel; e (V) o detalhamento do serviço, tal como pleiteado pela parte autora, acarreta onerosidade excessiva para a recorrente.

## É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Verifica-se que, ao tempo da prolação do juízo de admissibilidade do recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça já havia afetado o **Tema 87**, para exame sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, a saber, o direito conferido ao consumidor de solicitar o detalhamento do serviço de telefonia (**REsp 1074799/MG**), assim como os Temas 76 e 79, concernentes à não configuração de litisconsórcio passivo necessário da ANATEL (**REsp 1068944/PB**).

Confiram-se, a propósito, as ementas dos referidos julgados:

**TELEFONIA FIXA. DETALHAMENTO DAS CHAMADAS. OBRIGATORIEDADE. TERMO INICIAL. SOLICITAÇÃO DO USUÁRIO. GRATUIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TIDOS COMO PROTETÓRIOS. MULTA. AFASTAMENTO. SÚMULA 98/STJ.**

*I - O Estado, com a edição do Decreto nº 4.733/2003, entre outras medidas necessárias para a alteração do sistema de tarifação de pulsos para tempo de utilização, determinou o detalhamento de todas as ligações locais e de longa distância.*

*II - O prazo para a conversão do sistema, inicialmente previsto para 31 de julho de 2006 pela Resolução 423/2005, foi ampliado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*em doze meses pela Resolução 432/2006, para não prejudicar os usuários da internet discada, os quais, neste prazo, foram atendidos com plano alternativo apresentado na Resolução 450/2006.*

*III - Assim, a partir de 01 de Agosto de 2007, data da implementação total do sistema, passou a ser exigido das concessionárias o detalhamento de todas as ligações na modalidade local, independentemente de ser dentro ou fora da franquia contratada, por inexistir qualquer restrição a respeito, conforme se observa do constante do artigo 83 do anexo à Resolução 426/2005, que regulamentou o sistema de telefonia fixa.*

*IV - Também no artigo 83 do anexo à Resolução 426/2005, restou reafirmada a determinação para que a concessionária forneça, mediante solicitação do assinante, documento de cobrança contendo o detalhamento das chamadas locais, entretanto ficou consignado que o fornecimento do detalhamento seria gratuito para o assinante, modificando, neste ponto, o constante do artigo 7º, X, do Decreto nº 4.733/2003.*

*V - A solicitação do fornecimento das faturas discriminadas, sem ônus para o assinante, basta ser feita uma única vez, marcando para a concessionária o momento a partir do qual o consumidor pretende obter suas faturas com detalhamento.*

*VI - Revogação da súmula 357/STJ que se impõe.*

*VII - Recurso especial parcialmente provido (Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08).*

**(REsp 1074799/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 08/06/2009)**

**ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇOS DE TELEFONIA. DEMANDA ENTRE USUÁRIO E CONCESSIONÁRIA. ANATEL. INTERESSE JURÍDICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA. TARIFA DE ASSINATURA MENSAL. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. SÚMULA 356/STJ.**

*1. Pacificou-se a jurisprudência das Turmas da 1ª Seção do STJ no sentido de que, em demandas sobre a legitimidade da cobrança de tarifas por serviço de telefonia, movidas por usuário contra a concessionária, não se configura hipótese de litisconsórcio passivo necessário da ANATEL, que, na condição de concedente do serviço público, não ostenta interesse jurídico qualificado a justificar sua presença na relação processual.*

*2. Conforme assentado na Súmula 356/STJ, "é legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa".*

*3. Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.*

**(REsp 1068944/PB, Rel. Ministro TEORI ALBINO**

# Superior Tribunal de Justiça

ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/11/2008, DJe 09/02/2009)

Ocorre que a Corte de origem deixou de submeter o feito ao órgão fracionário a fim de se averiguar a necessidade ou não de juízo de adequação à luz do julgado repetitivo, antes de realizar juízo de prelibação dos apelos raros.

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: "*Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial*"; cf ainda art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

Compete, pois, ao Tribunal *a quo* efetuar o juízo de conformidade (art. 543-C, §§ 7º e 8º, do CPC/73; art. 1.030, I, *b*, CPC/2015) **antes** de analisar os pressupostos de prelibação do recurso especial.

De fato, na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantado pela Lei 11.672/2008. Essa conclusão pode ser extraída da fundamentação constante da **Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP**, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, DJe de 12/5/2011, submetida à apreciação da Corte Especial:

*"A edição da Lei n. 11.672, de 8.5.2008, decorreu, sabidamente, da explosão de processos repetidos junto ao Superior Tribunal de Justiça, ensejando centenas e, conforme a matéria, milhares de julgados idênticos, mesmo após a questão jurídica já estar pacificada.*

*O mecanismo criado no referido diploma, assim, foi a solução encontrada para afastar julgamentos meramente 'burocráticos' nesta Corte, já que previsível o resultado desses diante da orientação firmada em **leading case** pelo órgão judicante competente.*

*Não se perca de vista que a redução de processos idênticos permite que o Superior Tribunal de Justiça se*

# Superior Tribunal de Justiça

*ocupe cada vez mais de questões novas, ainda não resolvidas, e relevantes para as partes e para o País.*

*Assim, criado o mecanismo legal para acabar com inúmeros julgamentos desnecessários e inviabilizadores de atividade jurisdicional ágil e com qualidade, os objetivos da lei devem, então, ser seguidos também no momento de interpretação dos dispositivos por ela inseridos no Código de Processo Civil e a ela vinculados, sob pena de tornar o esforço legislativo totalmente inócuo e de eternizar a insatisfação das pessoas que buscam o Poder Judiciário com esperança de uma justiça rápida."*

Nessa linha de intelecção, foi editada a Resolução STJ n.º 17, de 4 de setembro de 2013, cujo art. 2º, II, expressamente dispõe:

*Art. 2º Verificada a subida de recursos fundados em controvérsia idêntica a controvérsia já submetida ao rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil, o presidente poderá:*  
*I – determinar a devolução ao tribunal de origem, para nele permanecerem sobrestados os casos em que não tiver havido julgamento do mérito do recurso recebido como representativo de controvérsia;*

*II – determinar a devolução dos novos recursos ao tribunal de origem, para os efeitos dos incisos I e II do § 7º do art. 543-C do Código de Processo Civil, ressalvada a hipótese do § 8º do referido artigo, se já proferido julgamento do mérito do recurso representativo da controvérsia.*

No caso, a Vice-Presidência do Tribunal estadual inadmitiu, de pronto, o recurso especial, sem que **antes** fosse cumprido o rito do art. 1.030, I, *b*, e II, do novo CPC/2015, isto é: **ou** negativa de seguimento do recurso especial se o acórdão recorrido estiver em conformidade com o julgado repetitivo; **ou** encaminhamento do processo ao órgão colegiado para eventual juízo de retratação se o acórdão recorrido divergir do entendimento do STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja observado o rito previsto no 1.030, I, *b*, e II, do novo CPC/2015.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

